

SUBSÍDIOS

Ação da Amagis garante aprovação da reposição

Após intenso diálogo da atual gestão da

Georgia Baçvaroff

Amagis com os deputados estaduais, o projeto

de lei nº 3.692/2013 foi aprovado, recom-

pondo os subsídios dos magistrados mineiros em 5% a partir de janeiro deste ano, totalizando 15% em três parcelas anuais até 2015. A Associação participou de todo o processo legislativo, em interlocução permanente com o Parlamento, conforme ressaltou o presidente da Assembleia, Dinis Pinheiro, em reunião com os diretores da Amagis no dia 15 de março.



Herbert Carneiro, Tiago Ulisses, Nelson Missias e Dinis Pinheiro

Página 3

INTERIORIZAÇÃO

Gestão itinerante é aplaudida no interior



Diretoria com juizes de Teófilo Otoni

Nove comarcas em diversas regiões do Estado. Esse é o saldo da revitalização da gestão itinerante da Amagis em três meses de trabalho da nova diretoria, que já esteve nas comarcas de Passos, Santa Luzia,

Ipatinga, Lagoa Santa, Ibirité, Contagem, Teófilo Otoni, Poços de Caldas e Montes Claros, além do Fórum Lafayette e das Varas da Fazenda Pública de BH. A maioria aprovou o novo modelo.

Páginas 6 e 7

Associação propõe fundo para segurança

Em reunião histórica, a Amagis e os diretores das Seccionais da Associação, representando todas as regiões do Estado, decidiram, no dia 14 de março, propor a criação do Plano Estadual de Seguranças dos Juizes e dos Fóruns, por meio de projeto lei a ser levado à apreciação do TJMG e da Assembleia Legislativa. O presidente Herbert Carneiro defendeu a criação de um fundo para a segurança. Magistrados podem participar enviando sugestões para o endereço: comissaodeseguranca@amagis.com.br.

Páginas 4 e 5

Magistratura pede Nelson Missias na AMB
Página 11

Entrevista: Juiz fala sobre mudanças nos Juizados
Página 9

Comissão prepara comemorações dos 60 anos
Página 15

Estudo confirma vigor do Amagis Saúde
Página 24

Avanços dependem de gestão democrática no Judiciário

HERBERT CARNEIRO*

Após uma trajetória vitoriosa de lutas e conquistas, quando a Amagis completa 60 anos, neste 2013, já está refletido e maduro que o Judiciário e suas ações precisam, urgentemente, melhorar e se modernizar, especialmente em sua gestão e na prestação desse serviço público especializado e cidadão chamado Justiça.

Nessa permanente e longa caminhada, ainda estamos distantes do Judiciário que queremos e idealizamos e que a própria sociedade demanda. Muito há o que fazer e, sem democracia, não há como avançar; se não quebrarmos paradigmas, não vamos evoluir. Se os magistrados querem e descobriram a importância do fazer política associativa, não podem progredir sem vivenciar e praticar a democracia interna, seja na Associação, nas relações com o Tribunal e com a sociedade.

Nem conseguiremos melhorias para o conjunto da magistratura que estejam desvinculadas das demandas da sociedade. Há muito, ficamos ultrapassados a concepção e a prática do poder que distanciam e distinguem, ou afastam, o Judiciário do cidadão.

Nossa proposta de gestão compartilhada, participativa e democrática não se limita apenas ao âmbito associativo. Democracia se pratica por inteiro, razão pela qual a magistratura brasileira defende, historicamente, a proposta de eleições diretas para a direção dos tribunais, permitindo que todos possam contribuir pelo aperfeiçoamento do Poder Judiciário.

As eleições diretas representam um largo passo à frente pela possibilidade de transparência, de eficiência e um avanço no modelo de gestão do Poder Judiciário. Os tribunais carecem de um planejamento estratégico, e o gestor maior precisa ter esse comprometimento e propostas, construindo uma Justiça mais próxima do cidadão.

Além da eficiência administrativa, outra razão que nos move é a participação dos juízes e das juízas na escolha da direção, do futuro e dos rumos do Judiciário. Afinal, são eles que estão na ponta do atendimento e, por essa mesma razão, sabem o que é melhor para o cidadão e o que fazer para tornar a Justiça mais útil e mais ágil. São eles também os responsáveis diretos pelas mais democráticas e mais ágeis eleições do mundo. Se são agentes políticos como os desembargadores, não há razão para serem excluídos do mesmo direito dos colegas do 2º grau na hora de escolher a direção.

Ainda hoje, 28 anos após a redemocratização do País e 25 da promulgação da Carta Magna, estranhamente só 17% da magistratura elege o comando das Cortes.

Ainda hoje, 28 anos após a redemocratização do País e 25 da promulgação da Carta Magna, estranhamente só 17% da magistratura elege o comando das Cortes. Coincidentemente ou não, é o mesmo período no qual defendemos a criação de um novo estatuto da magistratura à luz da Constituição cidadã e do aperfeiçoamento democrático.

A democracia deve permear também o Poder Judiciário, conferindo-lhe aquilo que já existe nos Poderes Executivo e Legislativo, que é a escolha direta de seus representantes. A medida é um passo fundamental para legitimar outras reivindicações históricas do Judiciário e da sociedade, como a revisão da ultrapassada Loman e a conquista definitiva de sua autonomia financeira e orçamentária.

São temas que afligem a magistratura e o judiciário como um todo. A democratização se incorpora a outras propostas que pretendem inovar dentro da Justiça brasileira, fazer com que ela seja mais célere, valorize mais os juízes e as comarcas mais longínquas, com mais recursos e condições de trabalho, para que eles possam atender melhor ao cidadão.

A magistratura já é, em si mesma, bastante politizada e inexistem motivos para que fique de fora das principais decisões do Judiciário. Os juízes querem participação e transparência, pois sequer são consultados na hora da definição do orçamento das comarcas que dirigem e atuam, da destinação dos recursos públicos, se é mais importante construir um prédio de luxo ou investir nos fóruns e na segurança deles.

Nesse momento em que o Congresso Nacional se debruça sobre o tema, é fundamental que o debate seja ampliado para todos os magistrados e, principalmente, para a sociedade. Tramitam, hoje, duas PECs no Congresso (nº 187/2012, na Câmara, e nº 15/2012, no Senado), dispendo sobre a participação de juizes na escolha da direção dos tribunais estaduais, regionais federais e do Trabalho. O modelo ideal, com certeza, surgirá com o amplo e democrático debate.

Já passou da hora de o juiz ser integrado ao Tribunal ao qual faz parte, apesar de se submeter ao mesmo presidente e ao mesmo corregedor que todos os demais desembargadores. Trata-se de uma mudança mais ampla do que um mero desejo classista, corporativo ou associativo. Só através da escolha de projetos de gestão é que o Poder Judiciário vai ter condições de melhorar sua capacidade de trabalho. ●

(* Presidente da Amagis)



Jornal Mensal da
Associação dos
Magistrados Mineiros
AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

ISSN - 1981-4577
(Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569
(Decisão On-line)

Presidente:

Desembargador Herbert
José de Almeida Carneiro

Vice-presidente Administrativa:
Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente Financeiro:
Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente de Saúde:
Juiz Maurício Torres Soares

**Vice-presidente dos
Aposentados e Pensionistas:**
Desembargador Tibagy
Salles Oliveira

Vice-presidente do Interior:
Juíza Ivone Campos
Guilarducci Cerqueira

**Vice-presidente
Sócio-cultural-Esportivo:**
Desembargador Tiago Pinto

Diretor-Secretário:
Morvan Rabêlo de Rezende

Diretora-Subsecretária:
Juíza Maria da Graça Rocha Santos

Diretoras de Comunicação:
Juízas Aldina de Carvalho Soares e
Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrêla • Mtb - MG: 14634

Estagiária:
Daniela Fagundes

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Editoração

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Tiragem: 2.200 exemplares

ÍNDICE

Amagis e seccionais
defendem criação de
plano de segurança

4

» Nelson Missias para comando da AMB 3
» Gestão itinerante avança e é aprovada por magistrados 6
» Amagis participa de debate sobre Juizados 8
» Pensionistas se reúnem com direção do Ipsemg 8
» Entrevista – juiz Elton Pupo Nogueira 9
» Defensores agradecem apoio por autonomia 11
» Futuros juizes destacam importância da Amagis 12
» Audiência pública discute instalação de Apac na Capital 13

» Comissão organizará comemorações dos 60 anos 15
» Magistrados recebem comenda ambiental 15
» Amagis e Fiemg ampliam projeto de reinserção 16
» Marixa Rodrigues recebe apoio da Associação 17
» Associação homenageia juízas no dia da mulher 17
» Projeto cria fundo para o Judiciário 18
» TST será comandado por dois magistrados mineiros 20
» Estudo confirma vigor financeiro do Amagis Saúde 24

Assembleia aprova
reposição de
subsídio após
atuação da Amagis

11

10 Amagis garante
defesa de
magistrados no TJ

18 ATS e Loman são
prioridades da
Amagis em Brasília

SUBSÍDIO

Assembleia aprova reposição após atuação da Amagis

Por meio de um intenso trabalho da atual diretoria da Amagis, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou, por unanimidade, o projeto de lei que recompõe os subsídios da magistratura mineira em 5% a partir de janeiro deste ano. Graças à atuação da Amagis, Minas foi o primeiro estado do País a regulamentar a medida.

A aprovação ocorreu no dia 3 de abril e, no mesmo dia, o texto foi enviado para a sanção do governador. De acordo com o projeto, a reposição total será de 15% em três parcelas anuais até 2015.

“A Assembleia cumpriu seu compromisso com a magistratura e com o Judiciário. A aprovação consensual do projeto é resultado do intenso trabalho de interlocação da atual direção da Amagis”, destacou o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, embora admita que o índice aprovado esteja longe de recompor as perdas dos últimos sete anos, quando os venci-

mentos da magistratura ficaram congelados.

Herbert Carneiro reafirmou que a Amagis, juntamente com a AMB, Ajufe, Anamatra, Amajum e as Associações estaduais, vai continuar buscando, no Congresso Nacional, maior índice de recomposição de acordo com as perdas inflacionárias. “Nossa luta será permanente, não só pelos subsídios, como também pelo resgate do ATS e da paridade entre ativos e inativos”, pontuou ele.

PASSO A PASSO

No dia 7 de janeiro, primeiro dia de trabalho da atual gestão, o presidente da Amagis reuniu-se com o presidente do TJMG, Joaquim Herculano, para solicitar o envio do projeto dos subsídios à Assembleia. No dia 9 de janeiro, a diretoria da Amagis apresentou proposta de projeto de lei, que, no dia 23 do mesmo mês, foi aprovado e enviado à Assembleia pela Corte do TJMG.

No dia 14 de fevereiro, às vésperas do reinício do ano parlamentar, o presidente da

Georgia Baçvaroff



Diretoria da Amagis acompanhou todo processo legislativo

Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro, visitou a sede da Amagis, para homenagear a nova diretoria. Um mês depois, no dia 15 de março, a diretoria da Amagis reuniu-se com Dinis Pinheiro na Assembleia. Em ambos os encontros, foram discutidos temas de interesse da magistratura, em especial a célere tramitação do projeto que tratava dos subsídios da classe.

“Temos certeza de que a Assembleia reconhece na Amagis a única e legítima representante

dos juízes de Minas”, afirmou Herbert Carneiro. Para Dinis Pinheiro, a relação da diretoria da

Amagis com a Assembleia confirma o respeito e a identidade entre as duas instituições. ●

Tiago Parrela



Diretoria reunida com presidente da Assembleia

DEFENSORIA PÚBLICA

Defensores agradecem apoio por autonomia

Tiago Parrela



Herbert Carneiro e diretoria da Adep-MG

O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, recebeu, no dia 11 de março, na sede da Associação, a nova diretoria da Adep-MG para uma visita de cortesia. Na ocasião os defensores Eduardo Cavalieri Pinheiro, diretor-presidente da Adep; Marolinta

Dutra, vice-presidente; e Fernando Campelo Martelto, diretor jurídico, agradeceram o apoio da Amagis na luta da Adep pela derrubada do veto ao PLP 114/11, que concede autonomia financeira à Defensoria Pública, prevista desde 1988 pela Constituição.

No dia 14 de fevereiro, a Amagis publicou uma nota de apoio em razão do veto presidencial ao projeto. Além disso, os defensores convidaram Herbert Carneiro para participar da cerimônia de posse da nova diretoria da Adep-MG, no dia 15 de março. ●

GESTÃO ITINERANTE

Amagis e seccionais defendem criação de plano de segurança

Tiago Parrela



Diretores das seccionais, representando todas as regiões do Estado, se reuniram em Belo Horizonte

Pela primeira vez em sua história, a diretoria da Amagis reuniu os diretores das seccionais da Associação para conhecer e discutir a realidade de cada comarca e região de Minas. O encontro aconteceu no dia 14 de março, em Belo Horizonte, e teve como pauta principal a onda de insegurança que ameaça os fóruns do Estado. Entre os principais resultados do encontro, ficou decidida a elaboração de uma proposta de lei, por meio da Comissão de Segurança da Amagis, para ser encaminhada à apreciação do TJMG e, posteriormente, à

Assembleia Legislativa de Minas Gerais, para a criação do Plano Estadual de Segurança dos Juízes e dos Fóruns.

A Comissão de Segurança terá a missão de auscultar a magistratura mineira para a formatação do projeto. A ideia é que os magistrados mineiros, do interior e da capital, enviem sugestões e propostas à Comissão, para que o material seja consolidado e, de maneira democrática e transparente, resulte em um projeto que possa melhorar a segurança dos fóruns e dos magistrados mineiros. As sugestões podem ser enviadas para o De-

partamento Jurídico da Amagis pelo e-mail: comissaodeseguranca@amagis.com.br

FUNSEG

Na semana seguinte à decisão da diretoria com as seccionais, no dia 21 de março, a Comissão de Segurança foi instalada e se reuniu para iniciar o processo de discussão do futuro projeto de lei. O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, apresentou proposta de criação do Fundo Estadual de Segurança (Funseg), com o objetivo de viabilizar recursos destinados ao investimento na segurança de juízes e dos fóruns mineiros.

Herbert Carneiro defendeu a importância do direcionamento total das custas judiciais para o Poder Judiciário, com o objetivo de ampliar, reformar e aparelhar os prédios do Judiciário. Eleito presidente da Comissão, o desembargador Walter Luiz de Melo destacou que o momento por que passa a magistratura é preocupante, quando, periodicamente, ocorrem ocorrências com relação à segurança nos fóruns são registradas.

Além de Walter Luiz de Melo, compõem a Comissão Permanente de Segurança da Amagis, os juízes Eduardo Gomes dos

Reis (vice-presidente), Artur Bernardes Lopes, o coronel Rúbio Paulino Coelho e Amalim Aziz Santana, e os desembargadores Nelson Missias de Moraes, José Osvaldo Correa Furtado de Mendonça, Francisco Kupidowski, Rene Coulaud e Eli Lucas Mendonça. O advogado José Eduardo Vecchi foi nomeado secretário da Comissão.

POLÍCIAS MILITAR E CIVIL

A participação dos representantes das seccionais da Amagis no interior é mais uma ação da Associação na busca pela gestão democrática e participati-

va e por mais segurança nos fóruns mineiros e melhores condições de trabalho para os magistrados, duas das principais bandeiras da nova gestão. Em fevereiro último, o presidente Herbert Carneiro esteve, acompanhado do secretário-geral da AMB e ex-presidente da Amagis, desembargador Nelson Missais, com o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), cel. Márcio Martins Sant'Ana, na Cidade Administrativa. Em janeiro, Herbert Carneiro tratou do mesmo assunto com o chefe-geral da Polícia Civil de Minas Gerais, Cylton Brandão da Matta, e com o subcorregedor-geral da Polícia Civil, Antônio Gama Júnior.

O objetivo dos encontros foi, por meio da parceria renovada com os órgãos de segurança pública do Estado, encontrar uma solução para o problema da falta de segurança que aflige não só a magistratura, mas advogados, promotores e cidadãos que buscam a Justiça.

INSPEÇÃO EM FÓRUNS

Além de buscar apoio das forças de segurança pública, Herbert Carneiro esteve em sete comarcas mineiras, em menos de 3 meses de gestão, para avaliar de perto as reais condições dos fóruns. Pesquisa realizada pela Associação, em 2012, confirmou que a maioria absoluta dos fóruns mineiros não conta com os aparatos mínimos de segurança, como câmeras de vídeo e porta detectora de metal. A situação foi constatada durante as visitas do presidente da Amagis às Comarcas de Passos, Santa Luzia,

Tiago Parrela



Comissão de Segurança criará proposta de projeto de lei com sugestões dos magistrados

Ipatinga, Teófilo Ottoni, Lagoa Santa, Poços de Caldas, Ibirité e Montes Claros.

NOVA LODJ

Ainda na reunião com as seccionais, o presidente Herbert Carneiro comunicou aos magistrados que

a Amagis terá assento na Comissão criada pelo Tribunal de Justiça para preparar o projeto da nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LODJ), conforme informação do presidente do TJMG. A Amagis possui 27 seccionais e, na atual ges-

tão, elas serão o braço político da Associação em todo o Estado.

O projeto será enviado aos diretores das seccionais para que eles repassem aos magistrados de suas regiões, a fim de que todos tenham a oportunidade de contribuir com

sugestões, por meio da Amagis, para o aprimoramento da lei. A nova LODJ deverá ser encaminhada à Assembleia entre o fim de julho e começo de agosto deste ano. A diretoria está ouvindo as sugestões dos magistrados sobre a reforma dessa lei. ●

Reprodução



Presidente da Amagis falou sobre segurança em entrevista à Rede Globo

INTERIORIZAÇÃO

Gestão itinerante avança e é aprovada por magistrados

Adriano Boaventura

**Presidente da Amagis reunido com os juízes do Norte de Minas e com a direção do TJMG**

Nos três primeiros meses de atuação, a revitalizada gestão itinerante da Amagis chegou à nona comarca para ampliar a interlocução com todos os juízes e conhecer suas reivindicações e a realidade de cada região. A nova diretoria já esteve nas comarcas de Passos, Santa Luzia, Ipatinga, Lagoa Santa, Ibirité, Contagem, Teófilo Otoni, Poços de Caldas, Montes Claros, no Fórum Lafayette e na Vara da Fazenda Pública de Belo Horizonte, fortalecendo o diálogo com a classe em todo o Estado.

“Demonstra o cumprimento do que foi prometido e reforça a atenção e a prioridade aos problemas da magistratura em todo o Estado”, comentou

o juiz Alair Mendonça, da Comarca de Teófilo Otoni, sobre a gestão itinerante após a reunião entre o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, e os juízes do Vale do Jequitinhonha, no dia 6 de março, da qual também participou o secretário-geral da AMB e ex-presidente da Amagis, Nelson Missias de Moraes.

Dois dias depois, em Poços de Caldas, durante encontro com os juízes do Sul de Minas, Herbert Carneiro disse que a diretoria está intensificando a aproximação com os juízes do interior e da capital, com o objetivo de fortalecer a unidade da classe. “Procuramos conhecer suas reais necessidades e buscar sempre melhorar as condições de trabalho

e segurança para oferecer uma prestação jurisdicional cada vez mais ágil e eficiente”, afirmou.

SEGURANÇA

Ao assumir a segurança dos fóruns e dos magistrados como um das prioridades da gestão, Herbert Carneiro tem avaliado pessoalmente as unidades das comarcas que visita, além de ampliar a interlocução com órgãos de segurança, como os comandos da Polícia Militar e Polícia Civil de Minas Gerais, e os três Poderes, a fim de implementar uma política de segurança que ofereça garantias a quem busca e distribui justiça.

Em Montes Claros, onde esteve no dia 22 de março, o presidente

da Amagis constatou que, apesar de novo, assim como na Comarca de Santa Luzia, o fórum apresenta algumas falhas de segurança, como a falta de identificação das pessoas que frequentam o prédio e o detector de metais que não funciona.

Ainda em Montes Claros, a situação mais delicada está no prédio onde funcionam duas Varas de Família e dois Juizados Especiais. Um quadro parecido com o encontrado na Comarca de Ibirité, na Grande BH, onde não há vigilantes, porta com detector de metais, sistema de câmeras de vídeo e as condições de trabalho são precárias. Para o presidente da Amagis, em Ibirité, é urgente a ação do Poder Judiciário

e dos demais poderes, além da sociedade local, para que seja construído um novo fórum para melhor atender à comarca.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

As condições de trabalho da magistratura também têm merecido atenção especial da diretoria. E além de observar a estrutura oferecida aos magistrados nos fóruns, como fez em Ibirité, Herbert Carneiro tem ouvido dos colegas propostas para a revisão da Lei Orgânica de Divisão e Organização Judiciárias e da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

A boa interlocução com o Poder Público tem possibilitado a Amagis o diálogo com órgãos como a Assem-

bleia Legislativa de Minas Gerais, em reuniões realizadas com o deputado Dinis Pinheiro, presidente da casa, e o próprio Tribunal de Justiça de Minas Gerais, com o apoio do presidente Joaquim Herculano.

A Amagis participou também dos dois encontros regionais do TJMG. O primeiro foi em Ipatinga, no vale do

Aço, no dia 23 de abril, com a participação de juízes de 29 comarcas. Um mês depois, Herbert Carneiro foi a Montes Claros, no Norte de Minas, e debateu as condições de trabalho com juízes de 26 comarcas.

INTEGRAÇÃO

A revitalização da gestão itinerante não envolve somente as

comarcas do interior. O planejamento da nova diretoria inclui reuniões com juízes da capital e da Grande BH, como os encontros realizados nos últimos meses em Santa Luzia, Ibirité, Lagoa Santa, Contagem e a Vara da Fazenda Pública de Belo Horizonte.

Para o juiz Wagner Cavalieri, diretor do Fórum de Contagem,

uma das características da atual gestão é estar junto com os juízes, o que, para ele, fortalece os laços entre os juízes. Cavalieri destacou ainda o apoio dado à Juíza Marixa Fabiane Lopes, durante o julgamento do caso Eliza Samudio/goleiro Bruno.

Na avaliação da juíza Sandra Sallete, diretora do Foro de

Lagoa Santa, a presença da Amagis dá força para os magistrados na medida em que eles podem compartilhar suas reivindicações com a diretoria da Associação.

No dia 8 de março, no Dia Internacional da Mulher, a diretoria da Amagis fez uma homenagem a todas as magistradas (veja matéria na página 17). ●



Juízes de Lagoa Santa com o presidente da Amagis



Magistrados de Contagem recebem diretoria



Juízes de Teófilo Otoni aprovam interiorização



Na Vara da Fazenda Pública de BH



Juízes de Poços de Caldas prestigiam encontro



Juízas Sabrina Alves e Jeane Rose, da Comarca de Ibirité



Ministro da Justiça e presidente do STF participaram do seminário

DIAGNÓSTICOS

Amagis participa de debate sobre Juizados

O juiz Elton Pupo Nogueira, membro do Conselho Deliberativo da Amagis, representou a Associação no

seminário 'Juizados Especiais: Diagnósticos e Perspectivas', promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ),

nos dias 6 e 7 de março, em Brasília. Entre os diversos assuntos debatidos no evento, Elton Pupo destacou a criação

da Turma Nacional de Uniformização, que deve ser um órgão criado em breve, com sede em Brasília, com o ob-

jetivo de uniformizar o entendimento das turmas recursais dos Juizados Especiais de todo o País.

Além disso, também esteve na pauta do seminário, a proposta de regulamentação da atuação de juízes leigos nos Juizados Especiais. De acordo com o juiz Elton Pupo, a Amagis está acompanhando esses assuntos de perto e garantindo a participação institucional da magistratura mineira nesses e outros temas.

O seminário foi aberto pelo presidente do STF e do CNJ, ministro Joaquim Barbosa, que afirmou que o evento foi uma importante contribuição para a melhoria da prestação jurisdicional, sobretudo para garantir maior rapidez e democratização do acesso à Justiça (veja entrevista na página ao lado). ●

PREVIDÊNCIA

Pensionistas se reúnem com direção do Ipsemg

Adriano Boaventura



Encontro foi realizado na Amagis

As pensionistas da magistratura mineira reuniram-se, no dia 21 de março, na sede da Amagis, para debater temas relativos à pensão, subsídios, pagamentos de verbas pretéritas e questões ligadas à Previdência do Estado. Recebidas pela

diretora de Pensionistas da Amagis, Marlene Fernandes, elas tiveram a oportunidade de tirar suas dúvidas com o diretor de Previdência do Ipsemg, Marcus Vinícius de Souza, com a gerente de benefícios do Ipsemg, Eliane Rocha de Araújo, e com a

coordenadora de pagamento de magistrados e pensionistas do TJMG, Lívia Ladeira.

No dia 25 de fevereiro, a Amagis havia se reunido com o diretor de Previdência do Ipsemg para agendar a participação do instituto nessa reunião. ●

Dictum
instituto de gestão e perícia

PERÍCIA E ACESSORIA TÉCNICA
EM PROCESSOS JUDICIAIS
E EXTRAJUDICIAIS

Bruno Gontijo



ENTREVISTA >> JUIZ ELTON PUPO NOGUEIRA

Bruno Gontijo

O juiz Elton Pupo Nogueira, membro do Conselho Deliberativo da Amagis, participou do seminário sobre os Juizados Especiais realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos dias 6 e 7 de março, em Brasília. O magistrado, que atualmente é juiz auxiliar em Belo Horizonte, já passou por diversas comarcas e atuou no Juizado Especial da Capital. Nesta entrevista ao Jornal DECISÃO, Elton Pupo falou sobre as propostas debatidas no seminário, entre elas a criação de uma turma para uniformizar nacionalmente os juizados e a criação da figura do juiz leigo.

O CNJ estuda criar a Turma Nacional de Uniformização para os Juizados Especiais. Como funcionaria esse órgão?

O órgão terá função de uniformizar as decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais. Já funciona na Justiça Federal, e o CNJ discute a criação deste órgão para todo o país. Cabe mencionar que existem severas críticas ao argumento de criar mais uma instância recursal, mas sua criação deve ocorrer em futuro breve.

Qual a sua opinião sobre essa proposta?

Não há dúvidas da necessidade de uniformização das decisões das Turmas Recursais do Juizado Especial de modo a garantir segurança jurídica para a população. Mas não está claro se há necessidade de criação de órgão específico ou se esse papel caberia ao

Superior Tribunal de Justiça.

Uma crítica que vem sendo feita aos Juizados especiais é a de que eles teriam tido sua função desvirtuada e que perderam a celeridade. Essa crítica procede?

Em parte. A quantidade de demandas perante os juizados cresceu exponencialmente, o que prejudicou a celeridade e efetividade do procedimento e dificultou a rápida solução dos processos. Não é raro encontrar processos no juizado com petições iniciais, recursos e mesmo decisões com 30 ou 40 laudas, o que, obviamente, não se encaixa na legislação aplicável a esse tipo de demanda.

Essa é uma situação nacional ou particular de alguns estados?

A situação dos juizados especiais é muito diferente

em cada estado da Federação. Os dados apresentados pelo CNJ demonstram claramente que cada estado apresenta situação particular referente a estrutura, pessoal e recursos disponíveis. Na Justiça Estadual, enquanto alguns estados apresentam produtividade elevada, como é o caso do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, outros não contam com estrutura, pessoal e recursos adequados para prestação jurisdicional célere.

O que pode ser feito para mudar essa situação?

Não existe solução única. Há uma série de medidas que devem ser implementadas. Até o processo físico é diferente em muitos ramos da Justiça. Os Juizados têm hoje processos de papel, ProJud (MG inclusive), Creta (versão anterior ao PJe) e diferentes versões do PJe,

atualmente adotado pelo CNJ. A unificação ou integração de todos os juizados é difícil e demandará tempo e recursos financeiros.

Qual a situação atual da proposta de criação da função de juiz leigo nos Juizados?

O Juizado Especial de Minas Gerais funciona adequadamente nos moldes atuais, e a contratação de assessores aos juízes do Juizado Especial deve adequar a estrutura para a correta prestação jurisdicional em virtude da demanda atual. Contudo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul possuem as maiores produtividades segundo dados apresentados pelo CNJ e ambos com atuação de juízes leigos. Esse fato levou o CNJ a iniciar discussões para aprovação de Resolução Geral prevendo a atuação de juízes leigos em todo o país mediante concurso próprio. •

“

Na Justiça Estadual, enquanto alguns estados apresentam produtividade elevada, como é o caso do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, outros não contam com estrutura, pessoal e recursos adequados para prestação jurisdicional célere

O Juizado Especial de Minas Gerais funciona adequadamente nos moldes atuais, e a contratação de assessores aos juízes do Juizado Especial deve adequar a estrutura para a correta prestação jurisdicional em virtude da demanda atual

”

PRERROGATIVAS

Amagis garante defesa de magistrados no TJ

Em defesa permanente dos magistrados, a Amagis acompanhou a sessão do Órgão Especial do TJMG, no dia 13 de março, quando a corte julgou processos de interesse de magistrados mineiros. Destes, três tiveram procedimento administrativo aberto, um foi adiado, em função de pedido de vista, e outro foi arquivado. A Amagis continuará acompanhando todos os processos, pautando-se sempre em favor dos interesses dos

magistrados, sua prioridade absoluta, à luz da ampla defesa e da Constituição

Além disso, os desembargadores votaram diversas promoções e remoções e aprovaram o reajuste dos vencimentos dos servidores em 5%. A sessão também foi de homenagem ao desembargador Alvim Soares, que participou de sua última sessão no Órgão Especial, já que se aposentará. Confira no site (amagis.com.br) a lista de promoções e remoções. ●

Tiago Parrela



Reunião do Órgão Especial do TJMG

CRÉDITO

Sicoob discute parceria com a Associação

Tiago Parrela



Diretores da Amagis e da Sicoob

Com o objetivo de estreitar o relacionamento entre a Amagis e a Cooperativa de Crédito da Justiça e do Ministério Público (Sicoob Jus-MP), o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, recebeu representantes da entidade no dia 4 de março. A Amagis vem buscando aumentar a interlocução

com a cooperativa, a fim de oferecer aos associados benefícios de diversas linhas de crédito. Essa é a primeira reunião entre o Sicoob Jus-MP com a atual presidência. Também participaram da reunião, os ex-presidentes da Amagis Reynaldo Ximenes e Nelson Missias de Moraes. ●

XEQUE-MATE

Diretoria promove aulas de xadrez no Parque Esportivo

Bruno Gontijo



Aulas serão gratuitas e semanais

A Amagis está promovendo a realização de diversas atividades, entre elas a programação de aulas de xadrez, que serão ministradas pelo enxadrista Giovanni Emiliano dos Reis. O objetivo é revitalizar o espaço do Parque Esportivo como um lugar de lazer e de recreação dos magistrados. A previsão é de que as aulas te-

tenham duração de 45 minutos e sejam realizadas duas vezes por semana (às terças e quartas, às 20h). O curso será gratuito para os associados e também não terá custo para a Associação. A Amagis está formando as turmas, e os interessados devem entrar em contato com Ana Carolina, pelo telefone (31) 3079-3451. ●

Atenção: Mudança na cobrança de seguros

A Amagis alerta que a única corretora de seguros credenciada e autorizada pela Associação a entrar em contato com os magistrados é a CRD e comunica também que a corretora não fará nenhum tipo de desconto diretamente no contracheque do segurado.

A Amagis também informa que o TJMG não fará mais o desconto em folha dos prêmios do seguro de vida dos associados. Não sendo mais possível o desconto diretamente no contracheque, os associados que possuem apólices do seguro devem optar por outra forma de pagamento, que poderá ser por meio de débito em conta-corrente ou por cartão de crédito.

É importante que essa mudança seja feita com a máxima urgência para que não haja inadimplência e consequente falta de cobertura ao segurado.

Para autorizar o pagamento e esclarecer quaisquer dúvidas, os associados podem entrar em contato com os consultores da CRD: Luis Fernando Coelho Rodrigues: (31) 3568-0473 e (16) 8179-2700; e, Luciano Humberto Degani: (31) 3568-0477 e (16) 8191-9899. ●

ASSOCIATIVISMO

Magistratura apoia Nelson Missias para comando da AMB

As manifestações de apoio das magistraturas mineira e nacional para que o secretário-geral da AMB e ex-presidente da Amagis, Nelson Missias de Moraes, seja candidato a presidente da Associação nacional nas eleições deste ano repercutiram na mídia, conforme demonstra o suplemento 'Amagis na Imprensa', publicado nesta edição do Jornal DECISÃO.

O apelo foi feito por lideranças da magistratura durante encontro com o presidente da AMB, Nelson Calandra, realizado na sede da Amagis, no dia 14 de março, para discutir os rumos do movimento associativo e reivindicações da classe, do qual participaram juízes representantes de todas as comarcas de Minas Gerais.

Após ouvir dos colegas as declarações de apoio ao ex-presidente da Amagis, Nelson Calandra reafirmou a aliança política e afetiva que, historicamente, mantém com Minas e com sua magistratura, especialmente com Nelson Missias. "Nós não podemos nos descuidar da importância de Minas Gerais no processo sucessório da AMB", comentou.

O presidente da AMB destacou ainda a importância de Nelson Missias na elaboração de projetos que tramitam hoje no Congresso Nacional, como o do ATS e a PEC da paridade entre ativos e inativos. "O Nelson tem uma visão estratégica que

Adriano Boaventura



Nome de Nelson Missias foi conclamado em reunião na sede da Amagis



Juiz Edmundo Franca, diretor da AMB, apoiou a indicação

poucos de nós temos. Ele enxerga 10 anos à frente. Devemos compor nossos interesses, dando destaque para Minas", declarou Calandra.

Em um breve balanço, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, afirmou que a história brasileira e o movimento associativo passam de maneira profícua por Minas Gerais. "Sabemos da

participação de Minas, principalmente na história democrática do País. Quando Minas se fez ouvir, as coisas caminharam de maneira mais democrática, participativa e histórica", disse.

Para o presidente da Amagis, a magistratura mineira deve ser ouvida, e o nome do desembargador Nelson Missias, sabidamente um líder nacional,

deve ser levado em consideração, como uma contribuição histórica de Minas para um processo que todos querem que seja eficaz e politicamente legitimado, porque os embates e as dificuldades são muitos. "Para isso, precisamos de lideranças fortes, que tenham capilaridade não só em Minas, mas em todo o País", ponderou Herbert Carneiro sobre a

capacidade de Nelson Missias.

O coordenador da Escola Nacional da Magistratura (ENM), Dooragal Andrada, disse que poucos Estados têm a unidade e o peso do apoio de Minas Gerais, sob a liderança de Herbert Carneiro, no processo sucessório. "Endosso e agradeço a todos que se manifestaram pelo nome de Nelson Missias, que tenho percebido ser o nome que outros estados também querem como o nosso candidato e nosso líder", exaltou Dooragal.

O coordenador da Justiça Militar da AMB, Edmundo Franca, também afirmou a liderança, a obstinação e a energia de Nelson Missias para a construção de projetos para a magistratura nacional. "Minas não pode ficar à margem de qualquer debate que envolva projetos para a magistratura nacional. Foi a unidade do grupo que trouxe a vitória de Nelson Calandra", alertou, atribuindo a Nelson Missias o papel de grande articulador na vitória de Calandra, em 2010.

Presente ao encontro, Nelson Missias destacou que o mais importante é a definição de um projeto político nacional para a magistratura brasileira. "Um projeto por meio do qual possamos, efetivamente, enfrentar os obstáculos que estamos enfrentando há algum tempo, de forma unida, ativa, para que possamos, lá na frente, encontrar um caminho ideal", afirmou. ●

LEGITIMIDADE

Futuros juízes destacam importância da Amagis

Georgja Baçvaroff



Futuros magistrados em encontro com a diretoria da Associação

A importância e o respeito que toda a magistratura mineira possui, com reconhecimento nacional, resultado da luta diuturna e constante pela manutenção de suas prerrogativas, fizeram com que Karen Cristina Lavoura Lima, natural de São Paulo, prestasse concurso para a carreira em Minas. Feliz com o resultado, ela destacou algumas das qualidades da Amagis, entre elas a contribuição para o fortalecimento e a união da classe.

Leila Morgana Cian, que foi juíza na Paraíba e decidiu vir para Minas também pela representatividade nacional da magistratura mineira, destacou a proteção ao magistrado e a oportu-

nidade de lazer oferecidas pela Associação de classe.

Ludmila Grilo também faz parte da nova turma, composta por 98 juízes. Natural do Rio de Janeiro, o que trouxe Ludmila Grilo para os quadros da magistratura mineira foi a simpatia que carrega pelo Estado. Sua expectativa é contribuir com a sociedade, poder ajudar e tomar decisões justas e, para isso, ela conta com o apoio da Amagis, “que batalhas pelos nossos interesses, mas, sobretudo pelos nossos direitos.”

As defesas promovidas pela Associação aos magistrados que, eventualmente, possam

sofrer representações ou passar por algum momento crítico na carreira, é outra qualidade da Amagis e que a faz

“É importante que o juiz se sinta protegido por uma associação que possa representá-lo e que tenha legitimidade para defender os seus interesses, sob o ponto de vista pessoal...”

ainda mais forte na visão da nova turma.

Para Márcio Bessa, que veio de Fortaleza, dois aspectos reforçam

a importância da Amagis para o juiz mineiro: o pessoal e o profissional. “É importante que o juiz se sinta protegido por uma associação que possa representá-lo e que tenha legitimidade para defender os seus interesses, sob o ponto de vista pessoal. Para a carreira, de um modo geral, a Amagis se faz fundamental a partir do momento em que cria um espírito de corpo para os magistrados, não no sentido corporativista, mas no sentido dar uma identidade à magistratura. Isso faz com que tenhamos orgulho de pertencer à classe”. Márcio Bessa destacou ainda a participação da Amagis no

debate político, uma vez que o Poder Judiciário é um poder político como o Executivo e o Legislativo.

Os futuros juízes participaram, no dia 20 de março, de recepção oferecida pela diretoria da Amagis, no Parque Esportivo da Associação. Além de promover a confraternização entre os magistrados que estão ingressando na carreira e aqueles que já atuam, o encontro serviu também para que os recém-chegados conhecessem melhor a Associação e seu trabalho em prol dos magistrados mineiros.

O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, falou da importância da Associação e da vida associativa na vida pessoal e profissional do magistrado e apresentou um breve histórico das últimas conquistas alcançadas pela Amagis em benefício de toda a magistratura mineira.

O ex-presidente da Amagis e secretário-geral da AMB, Nelson Missias de Moraes, e o coordenador da Escola Nacional da Magistratura e também ex-presidente da Amagis, Doorgal Andrada, além dos vice-presidentes e demais diretores da Associação, estiveram presentes no encontro e destacaram o papel da Amagis na luta pelos interesses da magistratura nos âmbitos estadual e nacional, bem como de sua atuação nos campos político, institucional, cultural, esportivo e de saúde, desenvolvida no interior do Estado e na capital. ●

REINSERÇÃO

Audiência pública discute instalação de Apac na Capital

Tiago Parrela



Audiência contou com a participação de diversos setores da sociedade

O Programa Novos Rumos, do TJMG, e a Vara de Execuções Criminais de Belo Horizonte, promoveu, no dia 21 de março, audiência pública para debater a instalação de uma unidade masculina da Associação de Proteção e Assistência aos Conde-

nados (Apac), em Belo Horizonte. Durante a audiência, foi abordada a metodologia apaqueana e eleita a diretoria executiva da Apac na Capital.

O coordenador executivo do Programa Novos Rumos, juiz Luiz Carlos Rezende e

Santos, que também é vice-presidente Financeiro da Amagis, lembrou que, no ano de 1982, ocorreu uma tentativa de instalação de uma Apac em Belo Horizonte, mas que não foi em frente. Ele reconhece que hoje está ocorrendo uma retoma-

da deste tema por parte de alguns movimentos da comunidade da Capital, interessados em trazer o método para Belo Horizonte.

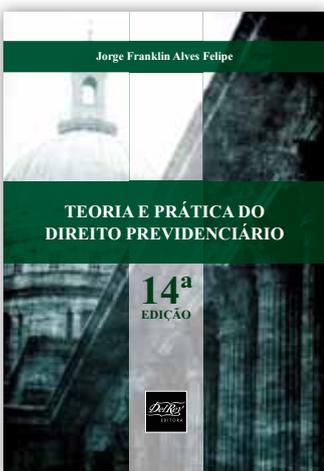
De acordo com Rezende e Santos, a ideia é criar quatro unidades masculinas, em regiões distintas da Capital,

que vão trabalhar somente com condenados no regime semiaberto, todos eles provenientes do regime fechado das Apacs próximas a Belo Horizonte. “Ao obter a progressão do fechado para o semiaberto, e tendo encaminhamento para trabalho externo, esse condenado será transferido para uma das quatro unidades da Apac BH” explicou o magistrado.

O movimento para a construção de uma Apac masculina em Belo Horizonte foi retomado por meio do vereador Marcelo Aro, que vem formando um grupo de voluntários, que está atuando na metodologia em estágio na Apac de Santa Luzia. ●

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Livro sobre previdência chega à 14ª edição



Escrito pelo juiz aposentado Jorge Franklin Alves Felipe, o livro “Teoria e Prática do Direito Previdenciário”, chega à 14ª edição, lançado pela Editora Del Rey. Na publicação, o magistrado aborda as noções básicas do regime geral de previdência social, além de apresentar uma parte prática sobre a matéria.

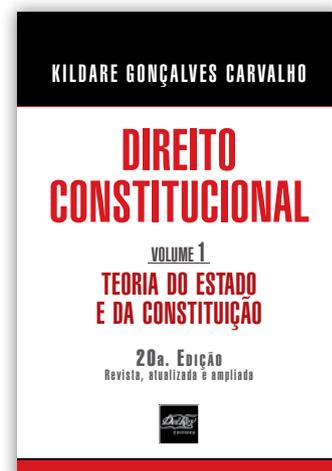
Atualmente, Jorge Franklin é advogado e, além de magistrado aposentado, também é professor aposentado de Direito Previdenciário da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). O autor profere palestras e minist

tra cursos sobre o tema. O contato com ele pode ser feito pelo e-mail: franklin@fusoos.com.br. O livro já pode ser adquirido no site da editora – livrariadelrey.com.br. ●

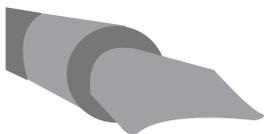
CONSTITUIÇÃO

Kildare Gonçalves lança livro

O desembargador Kildare Gonçalves Carvalho lançou dois volumes do livro Direito Constitucional, no dia 23 de março. Na primeira parte, “Teoria do Estado e da Constituição”, o autor aborda as origens, os elementos, os fins e as funções do Estado, além de explicar os tipos de constituição e as formas de controle de constitucionalidade e dos direitos fundamentais. Já no segundo volume, intitulado “Direito Constitucional Positivo”, o desembargador analisa e comenta os dispositivos da Constituição de 1988, incluindo todas as Emendas Constitucionais vigentes e as últimas decisões do Supremo Tribunal Federal. O livro foi publicado pela Editora Del Rey. ●



PÓS-LITTERATURA



Desembargador João Quintino Silva

No trem de ferro

- >> A água barrenta do alongado rio,
Que desce devagar, vista à distância,
Ornamenta a paisagem desta estância
Na tarde límpida, de céu vazio.
- >> Volteia no ar um passado sem pio.
Flores na estrada a desprender fragrância.
A infância... dorme e sonha agora a infância,
Livre de fome, de terror e frio.

- >> Escorrega-se o trem nos trilhos duros,
Puxando o corpo dos vagões escuros,
Gemendo, vez por outra, em longo berro.
- >> Viagem calma! Destino: - Araguari...
Ó bela! Há muito que pensar em ti
Numa viagem feliz de trem de ferro!

Viagem

- >> Viagem! O tempo! O trem... Dois braços de aço,
Puxando a máquina pesada e forte,
Vão fazendo o longíssimo transporte
Deste meu corpo para um outro espaço.
- >> Avança o trem, no heróico do compasso,
Levando atrás de si a férrea coorte.
Ficou, porém, minh'alma e de tal sorte
Ligada à tua de afetivo laço.

- >> Contemplo as orlas do caminho infindo,
As florezinhas me acenando e rindo,
Palmas flinando ao vento, um bem-te-vi...
- >> Pássaros no ar... Meu pensamento aéreo...
Meu corpo, da paixão, vai sob o império...
Minh'alma encontra um paraíso em ti!

Os interessados em participar da Coluna Pós-Litteratura, sob responsabilidade do desembargador João Quintino, devem encaminhar e-mail para imprensa@amagis.com.br ou ligar para (31) 3079-3453. Participe!

Aproveite nossas novas taxas e realize seu sonho.

* Taxas de acordo com contratação do prazo. Operação sujeita à análise de crédito.

A sua Cooperativa acaba de reduzir as taxas de juros para o Crédito Consignado.

É o Sicoob JUS-MP facilitando ainda mais para você colocar em prática os seus planos, sejam eles o pagamento de compras, viagens, despesas, contas ou o que você sonhar!

As parcelas do empréstimo são descontadas diretamente em sua folha de pagamento.

Aproveite também para renegociar suas dívidas em outras instituições.

Prazo de pagamento em até 96 meses

Taxas* a partir de 0,79% a.m.

Faça uma simulação e veja que aqui você tem acesso a taxas reais, sem surpresas na hora de pagar.

www.sicoobjusmp.com.br
Tel: (31) 3048.5574

SICOOBJUS-MP
Cooperativa de Crédito

PA TJ/MG RAJA: Tel: (31) 3296.6974 | Av. Raja Gabaglia, 1.753 | 1ª Torre | 9º andar | Luxemburgo

MEMÓRIA

Comissão organizará comemorações dos 60 anos

Georgina Baçvaroff



Comissão de Memória realizou sua reunião inaugural na sede da Amagis

Instituída no mês de março pelo presidente Herbert Carneiro, com o objetivo de reavivar e enaltecer a história da Associação, que completa 60 anos em 2013, bem

como dos magistrados que contribuíram para o engrandecimento da Amagis, a Comissão de Memória da Amagis fez sua primeira reunião no dia 21 na sede da Associação.

No encontro, foi destacada a importância da preservação da memória da Associação, enquanto legítima representante da classe, defensora dos interes-

ses do juiz e, consequentemente, dos interesses da sociedade.

Os membros definiram algumas ações comemorativas que deverão ser realiza-

da ao longo do ano. Além da capital, acontecerão eventos em comemoração aos 60 anos da Amagis em cidades-polo do Estado. A criação de uma medalha comemorativa também foi discutida neste encontro.

A Comissão de Memória é composta pelos seguintes magistrados: Bernardino Godinho (presidente), Arutana Cobério Terena, Augusto José Vieira Neto, Geraldo Dácio de Sousa, Getúlio Sérgio do Amaral, José Joaquim Benfica, José Nicolau Maselli, Reynaldo Ximenes Carneiro e Tibagy Salles Oliveira. ●

APOSENTADORIA

Alvim Soares é homenageado na despedida

Marcelo Albert/TJMG



Desembargador Alvim Soares

O desembargador Alvim Soares foi homenageado, no dia 21 de março, durante sua última sessão como integrante da 4ª Câmara Cível do TJMG. O desembargador, que se aposentou em 2 de abril, recebeu, de diversos colegas, manifes-

tações sobre sua atuação como magistrado, exercida por cerca de 40 anos.

Na ocasião, assessores e ex-assessores do desembargador entregaram uma placa comemorativa para agradecer pelo tempo de convivência e aprendizado. Após

as homenagens, o magistrado foi aplaudido de pé por todos os presentes e agradeceu a todas as manifestações dizendo que era difícil expressar seus sentimentos, num momento em que sentia um misto de alegria e de tristeza. ●

SÃO LOURENÇO

Magistrados recebem comenda ambiental

Rossana Magri/ALMG



Magistrados em São Lourenço

O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, a vice-presidente Administrativa da Associação, Luzia Divina de Paulo Peixoto, os ex-presidentes da Amagis Doorgal Andrada e Bruno Terra dias e os magistrados Geraldo Domingos

Coelho, Marcos Caldeira Brant, Mariza Porto, Sálvio Chaves e Ronaldo Ribas da Cruz foram homenageados, no dia 21 de março, com a Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço, neste município do Sul de Minas.

A Comenda foi criada em 2011, por iniciativa da escritora Ivanise Junqueira e do chanceler Eugênio Ferraz, para homenagear anualmente cidadãos que desenvolvem ações em prol do turismo e da preservação ecológica e ambiental. ●

ARTIGO

Rogério Medeiros Garcia de Lima (Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais)

Sálvio, mestre e amigo

Em 15 de fevereiro de 2013, faleceu o ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira. Era natural de Pedra Azul (MG), onde nasceu em 1939. Antes de integrar o Superior Tribunal de Justiça, em 1989, o falecido foi juiz de direito e desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Lecionou na Faculdade de Direito da UFMG. Era autor de diversas obras jurídicas, notadamente nos campos do processo civil e da formação de juízes.

Além de culto, operoso e íntegro magistrado, Sálvio de Figueiredo era reconhecidamente um iluminado professor. Quando ingressei na magistratura mineira, em 1989, frequentei a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (TJMG). Tive acesso a textos memoráveis es-

critos pelo outrora juiz Sálvio, já àquela época ministro do STJ.

Em um deles, definia o juiz ideal: “honesto e independente, humano e compreensivo, sereno e dinâmico, firme e corajoso, culto e inteligente, justo sobretudo”. Em outra passagem inesquecível, aconselhava os novos juízes a não se fazerem

Além de culto, operoso e íntegro magistrado, Sálvio de Figueiredo era reconhecidamente um iluminado professor.

temidos, mas respeitadíssimos, nas comarcas onde atuariam. Apreendi e busco praticar a sábia lição: prepotência não

casa com respeitabilidade, pois esta decorre de aprimoramento cultural, dedicação e integridade moral.

Em maio de 1999, quando era juiz de direito na Comarca de Belo Horizonte, integrei delegação de magistrados brasileiros, capitaneada pelo ministro Sálvio de Figueiredo, durante as Terceiras Jornadas Luso-Brasileiras de Proteção Judiciária do Meio Ambiente e do Consumidor, em Évora, Portugal. O evento foi promovido pela Escola Nacional da Magistratura (Brasil) e o Centro de Estudos Judiciários (Portugal).

Mais que uma jornada, foi um prêmio que a bondade divina me concedeu: conheci a aprazível mãe-pátria

Portugal, participei de evento acadêmico marcante em minha carreira e, acima de tudo,

Certamente estou me somando às inúmeras orações ao Pai Celestial e vozes que bradam: obrigado ministro Sálvio, mestre e amigo!

iniciei inquebrantável amizade com o ministro Sálvio de Figueiredo. Não obstante a diferença de idade, convivíamos como se fôssemos da mesma geração. Outra virtude de Sálvio era seu espírito agregador: reunia, liderava e ensinava, em esferas – eu diria – “transgeracionais”.

Outro amigo comum, o brilhante desembarga-

dor paulista José Renato Nalini, enalteceu a eloquência das decisões do juiz (“A Pós-Modernidade e a Profissão do Juiz”, 1997): “Todo juiz, queira ou não, é docente. Em suas decisões está a ensinar as partes e a sociedade, a todos transmitindo a sua visão de justiça e a mais adequada concisão do justo, no caso concreto que lhe coube apreciar”.

Sálvio não morreu, pois ensinar é um exercício de imortalidade: “De alguma forma continuamos a viver naquele cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor, assim, não morre jamais...” (Rubem Alves, “A Alegria de Ensinar”, 2000). Certamente estou me somando às inúmeras orações ao Pai Celestial e vozes que bradam: obrigado ministro Sálvio, mestre e amigo! ●

RESSOCIALIZAÇÃO

Amagis e Fiemg ampliam projeto de reinserção

Georgia Baçvaroff



Ressocialização dos presos é o principal objetivo

Buscando reinserir os presos no mercado de trabalho e

proporcionar sua ressocialização na vida cotidiana, o presiden-

te da Amagis, Herbert Carneiro, reuniu-se, no dia 13 de março, com

os membros do Instituto Minas Pela Paz, na sede da Fiemg, em Belo Horizonte, quando foi tratada uma parceria entre a Associação e o Instituto, visando a ampliação do projeto ‘Regresso’, que é uma iniciativa do Governo do Estado.

Herbert Carneiro reconheceu o interesse dos empresários e da Fiemg nesta parceria em possibilitar uma dedicação especial com a causa dos presos e encontrar meios de ressocializá-los.

As principais mudanças são com relação aos beneficiários do projeto já que, além dos egressos do sistema prisional, liberados definitivos ou em livramento condicional, serão beneficiados também os condenados, em regime aberto, em cumprimento de prisão domiciliar. O incentivo também foi alterado e passa para subvenção de dois salários mínimos mensais, com repasse trimestral. ●

CASO GOLEIRO BRUNO

Marixa Rodrigues recebe apoio da Associação

Tiago Parrela



Juízas Luzia Peixoto, Riza Nery e Marixa Rodrigues

8 DE MARÇO

Associação homenageia juízas no dia da mulher

Adriano Boaventura



Homenagem aconteceu no Fórum Lafayette

No Dia Internacional da Mulher, 8 de março, as magistradas receberam uma homenagem especial da Amagis, no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte. O encontro, segundo a diretora de Comunicação da Amagis, juíza Rosimere Couto, é mais uma maneira de valorizar e agradecer o trabalho de todas as magistradas mineiras.

O juiz Pedro Aleixo Neto agradeceu à Amagis, em nome dos magistrados presentes, pela justa homenagem, com a qual, de acordo com ele, o presidente Herbert Carneiro dá mais uma demonstração de apreço à magistratura mineira, em um gesto que se estende a toda a classe.

A juíza responsável pelo julgamento do goleiro Bruno, Marixa Fabiane Lopes Rodrigues, da Vara do Tribunal do Júri de Contagem, esteve presente no encontro e recebeu o reconhecimento público da Associação e de suas colegas pela condução firme e equilibrada do processo. ●

À frente de um dos processos mais complexos do Judiciário Mineiro, a juíza Marixa Fabiane Lopes conduziu com lisura, isenção, firmeza e equilíbrio o julgamento do goleiro Bruno Fernandes e de sua ex-mulher Daiane Rodrigues, no Tribunal do Júri em Contagem, na região Metropolitana de Belo Horizonte, acusados pelo desaparecimento e morte da modelo Eliza Samudio.

O julgamento, que teve repercussão internacional, começou no dia 4 de março. Já no primeiro dia, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, esteve no Fórum de Contagem e acompanhou, no Tribunal do Júri, o início do julgamento. A juíza Marixa teve também o apoio de membros da diretoria da Amagis, que compareceram ao fórum durante toda a semana, entre eles as juízas Luzia de Paula Peixoto, vice-presidente

Administrativa da Amagis, Rosimere do Couro, diretora de Comunicação, e Riza Nery, diretora do Parque Esportivo, que reafirmaram a maneira exemplar com que a magistrada conduzia todos os procedimentos do caso.

Ao fim do julgamento, com as sentenças já anunciadas pelo júri popular, o presidente da Amagis divulgou, no dia 8 de março, uma nota de aplauso pelo trabalho da juíza Marixa Fabiane. No texto, Herbert Carneiro destacou o orgulho da magistratura mineira em ter em seus quadros uma juíza digna e honrada como Marixa. "As decisões da eficiente e culta magistrada, sempre observando o direito ao contraditório e à ampla defesa, foram decisivas para que o julgamento fosse realizado com o atendimento às exigências legais e de maneira transparente", destacou a nota da Amagis. ●

DESEMBARGADOR

Gambogi toma posse no Tribunal

Tiago Parrela



Luís Carlos Gambogi e família

O advogado e professor Luís Carlos Gambogi tomou posse, no dia 18 de março, no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. O magistrado passou a compor a 5ª Câmara Cível, na vaga destinada à OAB-MG pelo quinto constitucional. Durante a posse, Gambogi recebeu o Colar do Mérito Judiciário e

foi saudado pelos colegas e pela família.

Luís Carlos Gambogi é natural de Elói Mendes, no Sul de Minas, e possui graduação em Direito pela PUC Minas (1979), mestrado em Direito (1999) e doutorado em Filosofia do Direito (2004) pela UFMG. Tem experiência acadêmica na área de Filosofia do Direito e Antropologia Filosófica. ●

CONSELHO DE REPRESENTANTES

ATS e Loman são prioridades da Amagis em Brasília

Ascom/AMB



Conselho de Representantes da AMB se reuniu em Brasília

O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, participou da 11ª reunião do Conselho de Representantes da AMB, no dia 20, em Brasília. No encontro, foram discutidos 33 itens de interesse da magistratura brasileira, entre eles o resgate do Adicional por Tempo de Serviço (ATS), a revisão da Lei Orgânica da Magistratura e a paridade entre ativos e inativos que, segundo Herbert Carneiro e o secretário-

geral da AMB e ex-presidente da Amagis, Nelson Missias, devem ter tratamento prioritário.

O presidente da AMB, Nelson Calandra, reconheceu a iniciativa de Missias na apresentação das PECs do ATS e da paridade. Além disso, foram discutidos temas como o estatuto da Magistratura e os ataques sofridos pela magistratura feitos pelo presidente do STF e do Conselho Nacional de

Justiça (CNJ), ministro Joaquim Barbosa.

As prioridades da magistratura brasileira são tratadas no Conselho de Representantes, que reúne toda a diretoria da AMB, as Associações estaduais e representantes da magistratura do Trabalho, Federal Militar e dos aposentados e pensionistas.

Após o encontro, o presidente da Amagis ressaltou a importância da unidade entre os

vários segmentos para fortalecer a classe e exaltou o nível de participação e o estilo democrático dos debates.

A transparência das contas da AMB, que estão disponíveis no site da Associação, foi elogiada por Nelson Missias. O conselho indicou o antigo tesoureiro da AMB, Emanuel Bonfim (presidente da Associação dos Magistrados de Pernambuco), para que ele colabore e acom-

panhe os trabalhos do Conselho Orientador e Fiscal na prestação de contas da Associação.

Ainda no encontro, os magistrados decidiram manter a defesa das férias de dois períodos e aprovaram uma nota pública sobre as recentes críticas feitas aos juízes pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça, ministro Joaquim Barbosa.

NOTA

Em nota, a AMB rejeitou com veemência as afirmações do ministro Joaquim Barbosa sobre as relações entre juízes e advogados. Ao contrário do que foi dito, a convivência entre magistrados e advogados não representa “conluio” ou “decisões fora da regra”.

A Associação lembrou ao ministro que eventuais desvios não podem servir jamais de base para declarações maldosas que atinjam a imagem de todos os Magistrados que honram o Poder Judiciário. ●

AUTONOMIA ORÇAMENTÁRIA

Projeto cria fundo para o Judiciário

O plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais recebeu, no dia 20 de março, o projeto de lei 3.893/13, que cria o Fundo Especial do Poder Judiciário (FEJP). A medida é resultado de gestões da nova diretoria da Amagis junto ao Governo do Estado e ao Tribunal

de Justiça de Minas e é uma das prioridades da magistratura mineira. O objetivo do fundo é disponibilizar recursos financeiros para serem utilizados nas atividades de gestão judiciária, como elaboração e execução de programas e projetos; na construção, ampliação ou reforma

de edifícios utilizados pelo Judiciário, sejam eles próprios ou não; na aquisição de bens imóveis e material permanente, em atividades de capacitação e treinamento e, ainda, em outras despesas diversas de capital ou de custeio.

Os recursos do FEJP virão, entre outras fon-

tes, de dotações específicas do Orçamento do Estado, pagamento de custas judiciais devidas ao Estado, arrecadação da Taxa Judiciária e da Taxa de Fiscalização Judiciária, contratos e convênios, inscrições de concursos, doações, empréstimos, aplicações financeiras reali-

zadas pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais e da locação ou alienação de bens imóveis.

O projeto será analisado pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária da ALMG. ●

*Com informações da ALMG

QUALIDADE É ISSO!

Transportamos e guardamos o patrimônio de famílias e empresas, como se fosse nosso. Cuidado e critério em cada movimento.



(31) 3332.3800 - 3332.4280
www.gegemudancas.com.br



JUSTIÇA DO TRABALHO

TST será comandado por dois magistrados mineiros

Os ministros mineiros Carlos Alberto Reis de Paula e Antonio José de Barros Levenhagen tomaram posse como presidente e vice-presidente, respectivamente, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), no dia 5 de fevereiro. Eles foram eleitos no dia 12 de dezembro de 2012 para presidirem o Tribunal até 2015. Os dois ministros dignificam a magistratura mineira, que se vê bem representada no comando da mais alta Corte da Justiça do Trabalho do Brasil. O ministro Antonio José de Barros Levenhagen é filho do magistrado Antônio José de Souza Levenhagen e irmão do desembargador Carlos Augusto de Barros Levenhagen, que foi presidente da Amagis de 2004 a 2006.

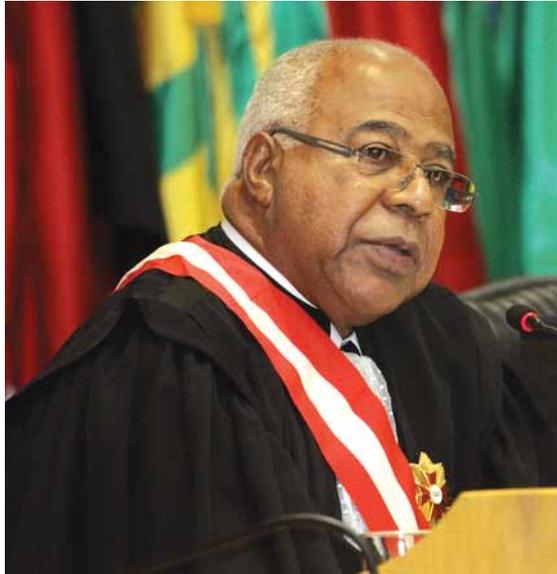
Carlos Alberto Reis de Paula

Nasceu em Pedro Leopoldo (MG). Formou-se em Direito pela UFMG (1970) e licenciou-se em filosofia pela Faculdade de Divinópolis. É mestre (1984) e doutor (2000) pela Faculdade de Direito da UFMG. É ministro do TST desde 25 de junho de 1998 e autor de livros e artigos diversos.

Antonio José de Barros Levenhagen

Nasceu em Baependi (MG). Formado em Direito, em 1975, pela Faculdade de Direito de Varginha (MG). Ingressou na magistratura do trabalho da 2ª Região, por concurso público, e foi empossado como juiz substituto em junho de 1980. Nomeado ministro togado do TST em 1999. ●

Aldo Dias/TST



Carlos Alberto Reis de Paula

Platini Araújo/TST



Antonio José de Barros Levenhagen

PALESTRA

Padronização na execução penal

Georgia Bacvaroff



Audebert Delage Filho presidiu os trabalhos

A necessidade de padronização das rotinas de trabalho nas varas de execução penal e da gestão cartorária foi tema de palestra proferida pelo presidente da Amagis, Herbert Carneiro, na Corregedoria de Justiça, para juízes das varas com competência para execuções penais de diversas comarcas mineiras, dia 18 de março. Experiências do magistrado e resultados de trabalhos como os mutirões car-

cerários realizados pelo CNJ foram apresentados durante a palestra, deixando claras as dificuldades enfrentadas nas Varas de Execução Penal em todo o País. A palestra faz parte do programa Gestão de Primeira, do TJMG, que tem entre seus objetivos padronizar a rotina de trabalho em pelo menos 50% das unidades jurisdicionais de primeiro grau, cumprindo a Meta 5 do Conselho Nacional de Justiça. ●

STJ

Mineiro compõe lista tríplice

Vagner Antônio-TJMG



Desembargador Afrânio Vilela

O desembargador José Afrânio Vilela, do TJMG, foi indicado a uma vaga de ministro do STJ, no lugar do ministro Massami Uyeda, que se aposentou no fim do ano passado.

Além dele, estão na lista os desembargadores Paulo Dias de Moura, do TJSP, e Samuel Meira Brasil Júnior, do TJES.

De acordo com o STJ, 53 magistrados dos Tribunais de Justiça de 20 estados concorreram à vaga. Paulo Dias de Mou-

ra Ribeiro foi eleito com 19 votos, Samuel Meira Brasil Júnior, com 20 votos, e foram dados 16 votos a José Afrânio Vilela.

CURRÍCULO

Afrânio Vilela é bacharel em Direito pela UFU. Começou na magistratura em 1989, atuando como juiz em diversas comarcas, até ser promovido para o Tribunal de Alçada em 2004. É desembargador do TJMG desde 2005. ●

AMOR À VIDA

Programa oferece apoio para vida mais saudável

Com o intuito de incentivar a melhoria na qualidade de vida dos associados, o Amagis Saúde criou o programa "Amor à Vida", que oferece acompanhamento médico regular aos usuários do plano. O programa é voltado para a promoção da saúde preventiva e conta uma equipe médica multidisciplinar, formada por profissionais das seguintes especialidades:

- Cardiologia
- Endocrinologia
- Geriatria
- Odontologia
- Nutrição

No "Amor à Vida", são realizadas consultas individuais e periódicas. O objetivo é acompanhar o paciente de maneira personalizada, orientando-o para o desenvolvimento de hábitos de vida mais saudáveis.

O atendimento é realizado na sede da Amagis e deve ser previamente

agendado pelo telefone (31) 3079-3472. A primeira consulta será marcada com o médico cardiologista, endocrinologista ou geriatra, que fará o encaminhamento

para as outras especialidades, caso seja necessário. É importante lembrar que os associados que utilizarem o "Amor à Vida" não terão que pagar a taxa de 25%

de coparticipação sobre as consultas.

Agende uma consulta com conforto, qualidade e facilidade. Cuidar de você é um gesto de amor. ●

Tome nota

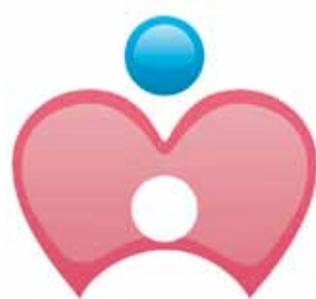


- ✓ Para agendar uma consulta com a equipe de saúde do "Amor à Vida", ligue para (31) 3079-3472 ou 3079-3421, de 8h às 17h.
- ✓ A primeira consulta será com o médico cardiologista, endocrinologista ou geriatra, que encaminhará o associado para o nutricionista, fisioterapeuta e odontólogo, caso necessário.
- ✓ Serão atendidos preferencialmente magistrados na ativa, associados acima de 60 anos e aqueles que tenham doenças cardiovasculares, endócrinas e de alterações metabólicas ou crônico-degenerativas, como Parkinson e Alzheimer.
- ✓ Os associados ao Amagis Saúde que utilizarem o "Amor à Vida" não pagarão a taxa de 25% de coparticipação sobre a consulta realizada.
- ✓ Envie um e-mail para amoravida@amagis.com.br e esclareça suas dúvidas.
- ✓ Temos estacionamento próprio.

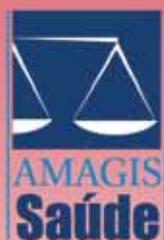
"Amor à vida" - Bem-estar e qualidade de vida para você, usuário do Amagis Saúde

NOVOS CREDENCIADOS

Cidade	Especialidade	Credenciado	Endereço	Telefone
Belo Horizonte	Cirurgia Geral	Diego Rafael Reis e Reis de Carvalho	Rua Albita, 131 - Sala 307 - Cruzeiro	(31) 3646-3823/ (31) 8800-0468
	Dermatologia	Fernanda Aragão Grassi Marques	Rua Albita, 131 - Sala 307 - Cruzeiro	(31) 3646-3823
Divinópolis	Psicologia	Patrícia Cristina Resende	Rua Goiás, 656 - Centro	(37) 3071-4906
Itabirito	Psicologia	Rosimary da Silva	Av. Queiroz Júnior, 77 2º Andar - Centro	(31) 9662-5028
Poços De Caldas	Dermatologia	Iddea - Instituto de Dermatologia Avançada	Rua Minas Gerais, 402 B - Centro	(35) 3721-0008
	Patologia Clínica	Imunogen Diagnósticos	Rua Minas Gerais, 402 - Centro	(35) 3714-4163
Uberaba	Anatomia Patológica e Patologia Clínica	Laboratório Sabin	Rua da Constituição, 750 - Nossa Senhora da Abadia	(34) 3313-1686
			Av. Leopoldino de Oliveira, 3176 - Estados Unidos	(34) 3336-9456
			Av. Santos Dumont, 1106 - São Sebastião	(34) 3334-9400



Programa
AMOR à **VIDA**



Bem-estar e qualidade de
vida para você, usuário do
AMAGIS SAÚDE

OUTONO

Doenças respiratórias aumentam a partir de abril

Depositphotos



Daniela Fagundes

Com a chegada do outono, o destino mais comum dos pais são os consultórios e hospitais pediátricos. Com o tempo mais frio, a baixa umidade do ar e o aumento da poluição, as doenças respiratórias não dão folga aos pequenos. “Com as oscilações de temperatura típicas da estação, as pessoas acabam ficando mais juntas e em ambientes fechados, o que favorece a proliferação dos vírus e agrava os quadros de rinite. Como têm resistência mais baixa, as crianças são as que mais são afetadas pela estação”, explica a pediatra Maria Mercedes Castro.

Bronquite, rinite, gripe, resfriado e rinosinusite são as doenças respiratórias que mais acometem as crianças, principalmente entre abril e setembro. Apesar de apresentarem alguns sintomas similares, cada uma atinge o corpo de maneira diferente. Causados por vírus, a gripe e o res-

friado podem provocar mal-estar, tosse, obstrução e secreção nasal. A febre, que aparece de maneira mais persistente na gripe, pode durar de cinco a sete dias. Já a bronquite é um processo inflamatório que atinge os brônquios (pe-

quenos canais dentro dos pulmões) e provoca falta de ar, tosse seca e chiado no peito. A rinosinusite bacteriana causa infecção nos seios da face, provocando tosse, mal-estar e secreção nasal amarelada (purulenta). A rinite, por sua vez, é um processo alérgico que causa obstrução nasal, espirros, secreção nasal clara e coceira no nariz.

Por apresentarem sintomas distintos, é importante procurar um médico para que o tratamento seja específico para cada doença. “Apenas as doenças causadas por bactérias devem ser tratadas com antibióticos. Quando ministrados sem necessidade, como nas doenças causadas por

vírus, podem selecionar bactérias mais fortes e aumentar a chance do paciente ter uma infecção mais grave no futuro. É preciso aguardar a evolução da doença para que o médico tenha condição de fazer o diagnóstico correto e prescrever o remédio mais indicado”, ressalta a médica.

Para evitar a incidência de doenças respiratórias durante o outono e o inverno, Maria Mercedes recomenda algumas atitudes que devem ser colocadas em prática durante todo o ano. “Mais que tratar as doenças, é fundamental preveni-las”, lembra a pediatra. ●

* A pediatra Maria Mercedes Castro é credenciada ao Amagis Saúde.

CONFIRA AS DICAS:

- 1 – Evite levar a criança para a creche ou escola quando ela estiver gripada. Além do repouso necessário para a recuperação, essa conduta evita que o vírus seja transmitido para outras crianças.
- 2 – Mantenha os ambientes limpos e arejados, livres de objetos que acumulem pó, como estantes, bichinhos de pelúcia, tapetes, cortinas e almofadas. Os ácaros, grandes causadores da rinite, se escondem nesses lugares.
- 3 – Durante o período mais seco, é importante umidificar os ambientes em que a criança passa mais tempo, como o quarto e sala. Toalhas molhadas próximas à cama e aparelhos umidificadores ou vaporizadores melhoram a qualidade do ar e amenizam irritações na mucosa nasal.
- 4 – Vista as crianças com roupas adequadas à temperatura externa.
- 5 – Consulte regularmente o pediatra e só leve a criança ao pronto-atendimento quando houver necessidade. Nos hospitais, há grande chance de seu filho ter contato com outras crianças que podem estar com doenças contagiosas mais graves.
- 6 – Não fume e não permita que fumem perto das crianças ou nos cômodos onde elas frequentam. O cigarro provoca séria irritação nas vias respiratórias.
- 7 – Evite varrer o chão, mesmo quando a criança não estiver em casa. A vassoura acumula ácaros e faz com que a poeira suba e fique suspensa no ar. Prefira sempre o uso de um pano úmido, mesmo para tirar o pó dos móveis.
- 8 – Mantenha os animais de estimação sempre fora de casa.
- 9 – Garanta que a criança mantenha-se sempre hidratada. Beber água é muito importante, principalmente quando o tempo estiver seco.
- 10 – Nunca dê remédios para seu filho sem consultar o médico.

Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

Presidente da Amagis:
Desembargador Herbert
José de Almeida Carneiro

Diretoria do Amagis Saúde:
Vice-presidente de Saúde
Juiz Maurício Torres Soares

Diretor de Saúde
Juiz Edison Feital Leite

Diretor Financeiro
Juiz Cláudio Manuel
Barreto de Figueiredo

Conselho Gestor:
TJMG

Wander Paulo Marotta Moreira
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes
José Geraldo Saldanha da Fonseca
Geraldo José Duarte de Paula

Juízes da Capital
Maria Luiza Santana Assunção
Edison Feital Leite

Suplentes
Marco Aurélio Ferenzini
Marli Maria Braga Andrade

Juízes do Interior
Marcelo Carlos Cândido
Dalton Soares Negrão

Suplentes
Paulo Antônio de Carvalho
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados
Cláudio Manuel Barreto Figueiredo
Francisco Albuquerque

Suplentes
Noelmo Adelino Machado
Mauro Soares de Freitas

Diretores de comunicação:
Juízas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Baçvaroff - Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Estagiária:
Daniela Fagundes

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Editoração

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

CONTAS SANEADAS

Estudo confirma vigor financeiro do Amagis Saúde

Adriano Boaventura



Conselho Gestor de Saúde avaliou boa saúde financeira do plano

Estudo atuarial do plano de saúde da magistratura mineira, elaborado pela Rodarte Nogueira Consultoria

Estadística e Atuária, confirmou o vigor financeiro e administrativo do Amagis Saúde nas últimas gestões.

Durante reunião do Conselho Gestor do Amagis Saúde, no dia 21 de março, o estatístico João Roberto

Rodarte apresentou demonstrativos contábeis, o balanço financeiro e destacou que o plano vem tendo uma

evolução patrimonial desde 2009, e que, por isso, está com boa saúde financeira.

Participaram da reunião o presidente da Amagis, Herbert Carneiro; o vice-presidente de Saúde, Maurício Torres Soares; o vice-presidente Financeiro, Luiz Carlos Rezende e Santos; o diretor de Saúde, Edison Feital Leite; diretor Financeiro, Cláudio Manuel Barreto de Figueiredo; a ouvidora do Amagis Saúde, Maria Luiza Santana Assunção, os conselheiros Wander Paulo Marotta, Dalton Soares Negrão, Marli Maria Braga Andrade, Paulo Antônio de Carvalho, o membro do Conselho Deliberativo da Amagis, Reynaldo Ximenes Carneiro, e o secretário-geral da AMB, Nelson Missias de Moraes. ●

ESTERILIZAÇÃO

Cirurgias impõem regras e normas rigorosas

Homens e mulheres que pretendem fazer cirurgia de esterilização – vasectomia ou laqueadura tubária – precisam ficar atentos aos critérios estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para a realização desses procedimentos.

Os planos de saúde são obrigados a cumprir todos os critérios estabelecidos pela ANS antes de aprovar a realização de cirurgias de esterilização.

Segundo as diretrizes, que orientam pacientes, médicos e planos de saúde, as

cirurgias de esterilização só podem ser realizadas em homens e mulheres maiores de 25 anos com, pelo menos, dois filhos vivos. É obrigatório que 60 dias antes do ato cirúrgico o paciente apresente um documento escrito e firmado, expressando

sua vontade de realizar o procedimento. E, quando casados, é necessário o consentimento de ambos em documento também escrito e firmado.

A realização de laqueadura tubária durante os períodos de parto ou aborto é um

dos critérios que proibem a realização da cirurgia em mulheres, exceto quando existe a necessidade por cesarianas consecutivas. Conheça as diretrizes completas no site www.ans.gov.br e converse com o seu médico. ●